

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO CAMPUS IFPR/PARANAGUÁ DO DIA 14/04/2016

Iniciada às 19:10, no auditório do campus, com a leitura da proposta de pauta e abertura de inclusão e/ou alteração de pontos. Proposta e aprovação de teto para 20:30. Solicitada inclusão do ponto sobre saídas de campo e acatada pela plenária. **Informe da Direção do Campus:** Diretor Roberto coloca que a situação é bastante preocupante, não tem como dissociar essa situação local da instabilidade política nacional. Apresenta a matriz orçamentária, esclarece que todos os anos recebemos um orçamento do Governo Federal e a cada ano definem-se novas regras. A regra geral é que o orçamento do campus é proporcional ao número de alunos. Retira extratos de base em dois períodos, no caso, 2014.2 e 2015.1 para formar o orçamento de 2016. A partir dessa média gera-se a matriz orçamentária. Porém, cada curso tem um peso específico nessa definição, além da quantidade de dias que os alunos estudam em cada período. Por exemplo, um curso agropecuário tem bônus de 50%. Informa que já foram alertados que a regra para o próximo ano será totalmente diferente. Nosso Campus é qualificado como *pré-expansão*, por isso tem orçamento maior que os de outro tipo. O piso para o pré-expansão é de R\$ 2.456,380. Nos últimos dois anos, considerando apenas o número de alunos, o orçamento projetado seria inferior ao piso, no entanto o Governo Federal completou o orçamento do se atingisse o piso. Neste ano, aconteceu o mesmo que em 2015: cortes do orçamento, com a diferença que fomos informados já no início do ano. Os cortes desse ano para o IFPR como um todo foram de 28%: Custeio Geral (recebemos 80% do previsto) e Investimento/Capital (recebemos somente 40%). Nosso campus teve corte de 20%, no custeio foi de 76%. Anteriormente tínhamos um padrão de planejamento no campus que foi mantido de 2014 para 2015, com valor alto para Investimento. Mas com os cortes, a gestão teve que redefinir o padrão. Informa que para garantir o prédio novo fizeram uso dos recursos que outros campi não gastaram (que seria devolvido para o Governo Federal). Como se sabia que a tendência de corte em 2016 seria maior nos investimentos, foi priorizado a alocação de maior parte do recurso em custeio para diminuir o impacto na manutenção do campus. Sobre *Assistência Estudantil*, o Prof. Roberto informou que 2015 teve orçamento de 652.260,00 (não sofreu corte naquele ano) para todo o IFPR. A reitoria optou por não aplicar a regra de distribuição de recursos para a assistência estudantil no ano de 2015, o que permitiu que não houvesse corte de verbas destinadas à área. A reitoria *pro tempore* convocou todos os diretores para reafirmar a postura do MEC de repasse de verbas por índices de eficiência, ou seja, de número de alunos matriculados e formados. A meta do governo para a relação aluno/professor é de 18 alunos por professor e nós temos 12,85. Nosso índice de eficácia (número de alunos formados) é muito baixo, em torno de 11%. Nossa taxa de retenção (alunos formados fora do ciclo) também é muito alta, em torno de 80%. Colocou também que está difícil fazer planejamento para o próximo ano com a atual situação política. Quer fazer gestão participativa, mas acredita que a melhor maneira de fazer isso não é discutir orçamento ou espaços do campus, mas projeto político pedagógico e estratégias de ensino, isso tem ser democrático. Deu o exemplo de que é preciso reformular o Projeto Político Pedagógico (PPP) que está “vencido”. Ele foi uma construção coletiva, a partir de comissão. Precisa ser um PPP aplicável. É importante a participação dos estudantes e pais. Afirma que há uma corrente no campus que justifica a alta evasão no campus em virtude da política de cotas de 80% da instituição. A direção entende não acreditar nessa hipótese, no entanto ela está sendo prioritariamente investigada. A evasão é sua preocupação, mas precisamos formar mantendo qualidade. A questão do prédio novo: a empresa que ganhou a licitação abandonou a obra por afirmar que o investimento não compensa. A reitoria está responsável do caso, tentando não levar para litígio, para não ser mais demorado. A reitoria cedeu em conversar com a empresa e fazer uma proposta de valor adicional, que já foi entregue à empresa e que está sob sua avaliação. Se ela não aceitar, entra em processo e faz-se nova licitação para terminar obra. A situação não é confortável, a tendência é a queda contínua no orçamento.

Debate sobre demandas: Antes de abrir para perguntas, a coordenadora da assembleia reafirma a importância desse debate, que como foi exposto, é muito preocupante. Afirmou que vivemos cotidianamente a angústia da evasão, de nossas salas se esvaziando dia a dia. Situação de corte de pagamento de funcionários não é mera ameaça, é concreto. Sabemos que outros estados já estão fazendo isso. Tudo o que temos até o momento está ameaçado. Lembrou também que a iniciativa da Comissão de Gestão Participativa, iniciada na última greve, precisa ser fortalecida, pois não sabemos se o IF irá sobreviver. Abriu-se para intervenções da plenária. Aluno do curso de Meio Ambiente informa que foram avisados que não teriam saída de campo, mas souberam que uma turma de ADS 2015 teve. Quer saber se teve apoio do campus. Outro aluno também perguntou como fica a situação do Prof. Tiago que saiu do IF e não foi substituído. Aluno do curso de Ciências Sociais perguntou se se confirmar o não pagamento dos servidores haverá greve. O Diretor Roberto respondeu que sobre greve não tem como informar, pois é uma questão do movimento. A saída de ADS já estava planejada desde o ano passado, por isso foi mantida depois do corte. Sobre o Tiago (mesmo caso de outros professores) as possibilidades seriam as seguintes: a) aproveitar lista de concurso vigente no campus (descartada, pois não há); b) novo concurso (não há previsão); c) remoção interna (edital será publicado em breve, mas precisa contar com o interesse do servidor em se transferir para Paranaguá); d) redistribuição (precisar contar com o interesse do servidor de outra instituição em se transferir para Paranaguá); e) os professores do campus assumirem as aulas. Afirmou que a evasão não está relacionada só com a Assistência Estudantil, tem várias condicionantes. As dificuldades de acesso, transporte com certeza influenciam. A Professora Maria Lúcia colocou essa preocupação com a evasão, lembrando que temos alunos do primeiro ano que estão desistindo por conta de transporte. Lembra que já se cogitou pressionar para criar uma linha de ônibus de estudantes que faça o trajeto e entre no IFPR e pergunta qual a viabilidade de retomar essa demanda. Aluno do curso de Ciências Sociais pergunta qual é a situação daqueles alunos que não evadiram, mas também não se formaram, somando 65% do total. Também coloca a necessidade de se pensar projeto articulado entre IFPR e comunidade para garantir a segurança na região, pois não pode ser com mais violência que resolveremos o problema. Aluna coloca que, como observa na sua turma, do 1º ano de Ciências Sociais, as maiores dificuldades são de transporte e alimentação, o que envolve a Assistência Estudantil, bem como o excesso de disciplinas já no primeiro semestre, no caso, sete disciplinas. A Professora Mabelle coloca que estamos vivendo esses problemas, dos mais básicos, desde acessar os textos. Os professores são os primeiros a fazer o esforço de tentar minimizar esses problemas, mas muito foge do nosso alcance. Não são as cotas o problema, é muito perverso usar esse argumento. A questão é que precisamos de permanência para garantir e fortalecer essa política. Temos que tomar cuidado para não culpabilizar as pessoas que estão aqui batalhando. Faz pedido para que encaremos de frente essa situação. Não é possível trabalhar com a situação angustiante que passamos dia a dia, vendo nossos alunos evadindo. Não é culpa de ninguém individualmente, mas uma situação estrutural. Temos que discutir também o PPP, e o curso de Sociais também está sendo reformulado. Diretor responde que considera remoto conseguir uma linha de estudantes, mas tem reunião marcada com a Câmara Municipal para tratar desses assuntos. A Graciosa está irreduzível, mas estão persistindo. Explica que os evadidos são os que abandonam o curso, os retidos são os desperiodizados. A Professora Kelem coloca que a única forma de superação da impotência é a organização; a gestão participativa não é nada complicado, é abrir espaços como esses para o debate coletivo, tomar ciência da situação e tentar buscar saídas coletivas. Aluno pergunta se é possível abrir para a iniciativa privada e se tem como buscar isso. Uma aluna pergunta sobre a possibilidade de elaborar projeto de extensão voltado para a comunidade para a questão da insegurança. Outra aluna comenta que esses problemas parecem ser antigos e que ainda não foram resolvidos. Aluno sugere que o Diretor, já que

terá reunião com Vereadores, pudesse sugerir um ônibus gratuito para os alunos. O Professor Ezequiel Moura coloca a importância de ter noção da disponibilidade de recursos, que a apresentação foi feita, mas não teve perguntas: e se pergunta se é por que não entendemos nada ou por que achamos que não temos poder de influência. Mas por outro lado, a proposta da Gestão Participativa traz a possibilidade de agir localmente. Focar na continuidade do debate, mas dos encaminhamentos e que é preciso nos perguntarmos o que nos cabe. Lembra que conseguiu espaço a partir dos projetos/recursos de final de ano – para fazer cozinha: agora está estagnado por questões de gestão e não de orçamento. Limites de investimento por conta do Plano Diretor. O PPP e Plano Diretor estão ao nosso alcance. O Diretor responde que essas situações já ocorreram anteriormente. Momento de ver o que está ao nosso alcance: reformulação do curso, espaços. Organização das categorias é fundamental, mas é preciso fazer autocrítica. Investimento privado é possível, mas se esbarra na burocracia do Governo Federal. A gestão é o maior empecilho. Para isso precisa criar uma Fundação, mas a atual política do IF é contra a Fundação, porque considera como uma porta para corrupção. Sobre projetos de extensão, qualquer professor ou TAE pode fazer, basta que queira e que disponibilize carga horária para isso. Já o orçamento está limitado. Tratar do PPP não é burocrático, mas trabalhoso por conta das visões divergentes e exige participação. Aluno do PROEJA questiona onde está o recurso que foi prometido para o curso e não foi investido? Lembra a situação das mães, não tem onde deixar os filhos e até mesmo quando tem projeto voltado para isso, tem o espaço restrito. **Encaminhamentos:** Priorizar PPP e Plano Diretor; Incluir na discussão com a Câmara de Vereadores a solicitação de transporte gratuito para os estudantes e a possibilidade de ter um Restaurante Popular aqui na localidade, com uma quantidade de refeições para essa região, bem como uma creche com apoio do Município; Reivindicar uma linha de “Estudantes” própria o campus; Proposta de montar um Grupo de Trabalho para formar o regimento da Gestão Participativa e ver quem se dispõe a participar: considerar a participação da comunidade; Solicitar à gestão que mobilize para o processo de discussão do PPP e Plano Diretor. Ao final da assembleia estudantes se disponibilizaram para participar da Comissão de Gestão Participativa. Findadas as discussões, eu, Kelem Ghellere Rosso, responsável pela secretaria dessa assembleia, lavro a presente ata, assinada por mim e pelos presentes.

XX